



0944797

00135.200014/2019-14

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para execução de serviços de fornecimento e distribuição diárias de periódicos (*assinaturas de jornais e revistas online*) nas versões "digitais", com acesso irrestrito ao site de notícias destinados as unidades dos órgãos para atender às necessidades do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH.

1.2. A tabela apresentada tratar-se de um único grupo, conforme modelo abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD DE SENHAS	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR TOTAL GLOBAL ANUAL
01	1	Correio Braziliense	Mensal	12	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
	2	O Globo	Mensal	12	R\$ 690,00	R\$ 8.280,00
	3	Folha de São Paulo	Mensal	12	R\$ 675,60	R\$ 8.100,00
	4	Estado de São Paulo	Mensal	12	R\$ 655,56	R\$ 7.866,72
	5	Valor Econômico	Mensal	5	R\$ 323,35	R\$ 3.880,20
	6	VEJA	Mensal	12	R\$ 919,92	R\$ 11.039,04
	7	ISTO É	Mensal	12	R\$ 867,96	R\$ 10.415,52
	8	ÉPOCA	Mensal	12	R\$ 619,92	R\$ 7.439,04
	9	CARTA CAPITAL	Mensal	5	R\$ 656,04	R\$ 7.872,48
VALOR TOTAL						R\$ 72.093,00

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de fornecimento de assinaturas eletrônicas de jornais e revistas.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, devendo ser realizada em grupo único formado por 9 (nove) itens.

1.6. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

2.1. Os nove itens foram agregados num único grupo porque o agrupamento não implica restrição no mercado, de tal modo que esse formato não impacta em risco de perda de competitividade e da economia de escala.

2.2. O formato de contratação desejado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos será Pregão Eletrônico, tendo no termo de referência apenas um único grupo.

2.3. Visto que a especificação do objeto em apreço é simples e facilmente encontrados nas empresas especializadas para execução dos serviços de fornecimento e distribuição diárias de periódicos de jornais e revistas online.

2.4. Além disso, tem-se a diminuição do custo processual com fiscalização e administração contratual de apenas uma empresa para a prestação do mesmo tipo de serviço.

2.5. Desta forma, a despesa total com a execução do objeto estima no grupo único perfazendo o valor de R\$ 72.093,00 (setenta e dois mil noventa e três reais) conforme custos detalhados na planilha de formação de preços acima. Não se vislumbra complexidade técnica no serviço em questão, a ponto de realizar audiência pública para coleta de contribuição a fim de definir outra solução que não seja a eleita neste estudo. O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser "comum", no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

2.6. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Art. 23, § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

"O objeto será adquirido em grupo único, visto que os quantitativos envolvidos são adequados à praxe das empresas do ramo, não frustrando assim a competitividade do certame, tampouco a sua integridade, conforme preceitua o artigo 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Isto posto, e ponderando os aspectos técnicos atinentes, o não fracionamento perfaz medida técnica e economicamente viável, mantendo vultoso ganho de economia de escala, em atendimento ao artigo 15, inciso IV e ao artigo 23, §§1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

O fato de os jornais e revistas serem agrupado em apenas um grupo, permitirá à Administração Pública uma maior economia em termos de ganho de escala. Isso porque, ao ser firmado o contrato com o vencedor do presente procedimento licitatório, MMFDH

poderá obter descontos junto ao fornecedor, já que se trata de uma quantidade significativa de senhas de periódicos a ser disponibilizada por uma única empresa.

Ademais, a contratação em grupo único proporciona economicidade inclusive quanto a execução do contrato, pois quando o serviço é realizado por uma única empresa, os custos administrativos com a fiscalização do contrato são reduzidos.

Por fim, a opção de agrupar os itens deste certame coaduna-se com as orientações no Parecer nº 11/2013/CPLP/DEPCONSU/PGF/AGU, notadamente em seus parágrafos 26 e 27. Vejamos:

"26. Ao adotar o sistema de contratação via distribuidor (desconto sobre o preço de capa), concentrando certas publicações para entrega conjunta por meio de empresa a ser contratada, no planejamento da licitação a Administração deve se atentar especialmente para o artigo 23, §1º, da Lei nº 8.666/93, dividindo a contratação em tantas parcelas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, de forma a melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado sem perda da economia de escala.

27. Em outro termos, ao agrupar jornais, revistas e periódicos para serem prestador por um mesmo distribuidor, a Administração deverá reunir grupo(s) compatível(is) entre si, evitando juntar publicações de tal modo específicas que dificilmente possam ser exigidas de um mesmo fornecedor." (grifo nosso).

2.7. No caso desta contratação, vê-se que os itens agrupados guardam compatibilidade entre si que justifica e não impede a licitação em grupo, o que foi demonstrado inclusive pela pesquisa de preço realizada. Verificou-se, tanto na consulta aos fornecedores quanto aos demais órgãos da Administração Pública, a praxe das empresas em fornecer os periódicos desta contratação de forma agrupada.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do objeto tem por finalidade prover de informações e notícias diárias, veiculadas nos jornais e revistas de edição e publicação nacional, a Ministra, Chefes de Gabinete, Assessores de Comunicação, Secretários Nacionais e os servidores dos gabinetes e das unidades administrativas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A versão digital, acessível em tablets, telefone móvel, PC e/ou notebook visa oferecer recursos adicionais aos leitores dos jornais e revistas online, além de diminuir o impacto ambiental causado pelo consumo de papel.

3.2. Ressaltamos que é de suma importância que os dirigentes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos estejam informados sobre o que a mídia divulga diariamente, visando esclarecimentos ao público, resposta e/ou apuração de denúncias, buscando sempre o melhor desempenho de suas funções como agentes públicos e de atendimento. Esta contratação contribui para a disseminação das informações para os gestores das unidades do Ministério, e essenciais para que os dirigentes se atualizem dos fatos que estão acontecendo no Brasil e no mundo, servindo muitas vezes de subsídio para as tomadas de decisões estratégicas e difusão de informações de utilidade pública.

3.3. Para estabelecer quais veículos estariam na lista da mídia para assinatura, foi realizada uma pesquisa dos jornais mais vendidos e lidos no Brasil para subsidiar a escolha, e de acordo com o link [Os 50-impresos-mais-vendidos](#), temos entre os vinte mais vendidos, os seguintes jornais: Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo, Valor Econômico e Correio Braziliense, os demais jornais que aparecem na lista fazem cobertura mais centralizada nos estados em que circulam. No caso das revistas entende-se que os veículos: Veja, Isto É, Época e Carta Capital, são notoriamente, no meio jornalístico, os veículos mais abrangentes e com temas de interesse do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por sua pautas de atuação deste Estudo Técnico. E ainda, não localizamos nenhuma pesquisa ou similar para auxiliar na escolha das opções das publicações.

3.4. Conforme o Decreto nº 9.673, de 02 de janeiro de 2019, especificamente no Art. 2, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, órgão da administração pública federal direta, tem como estrutura básica as secretarias nacionais, as quais desempenham atribuições vinculadas a este Ministério no cumprimento de sua missão, segue lista abaixo:

- I - Gabinete;
- II - Assessoria de Comunicação;
- III - Secretaria-Executiva;
- IV - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres;
- V - Secretaria Nacional da Família;
- VI - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII - Secretaria Nacional da Juventude;
- VIII - Secretaria Nacional de Proteção Global;
- IX - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- X - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- XI - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e
- XII - Fundação Nacional do Índio.

3.5. Na estrutura do Gabinete, consta a Assessoria de Comunicação, área responsável pelo planejamento, coordenação e execução da política de comunicação social do Ministério. Este setor também exerce a função de orientar e assessorar à Ministra de Estado em seu relacionamento com a imprensa nacional e internacional, tratando as demandas de informações relativas ao gabinete da Ministra e todas as Secretarias Nacionais, Diretorias, Coordenações Gerais, Órgãos Colegiados e demais entidades vinculadas ao Ministério, além de acompanhar diariamente o noticiário relativo às pautas deste órgão em rádio, TV, portais de notícias, sites de redes sociais e outras mídias.

3.6. Portanto, o não atendimento da demanda acarreta risco de se causar sérios impactos para os gestores das unidades, em especial às afeitas aos cargos de comando central e da área de comunicação social.

3.7. O objeto a ser licitado, pela seu impacto institucional não fere as práticas de sustentabilidade, não acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco ao interesse público e com base nas justificativas acima mencionadas no item 3.2.

3.8. Os serviços são considerados "comuns" pois enquadram-se na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 "Consideram-se bens e serviços comuns, para fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

3.9. Em regra, conforme § 1º do art 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

3.10. A contratação em questão poderá ser adjudicada por uma única empresa, pois os objetos em apreço são de simples especificação e facilmente encontrados.

3.11. Assim, neste trabalho foi realizado amplo estudo sobre as melhores alternativas para contratação de serviços de fornecimento de periódicos, adotando-se por aquela que se mostrou mais compatível com a necessidade e realidade deste Ministério. Neste cenário, optou-se pela pertinência de não fracionar o objeto, mantendo a de único grupo (fornecimento de jornais e revistas online).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A Descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a contratação de assinaturas eletrônicas de jornais e revistas, com acesso irrestrito ao site de notícias, por um período de 12 (doze) meses ininterruptos, podendo ser prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses com os objetivos essenciais para que os dirigentes se atualizem dos fatos que estão acontecendo no Brasil e no mundo, servindo muitas vezes de subsídio para as tomadas de decisões estratégicas e difusão de informações de utilidade pública para atender o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser "comum", no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado.

5.3. O objeto da licitação tem natureza de serviço comum, posto que todas os serviços em tela são desenvolvidos no mercado, sendo facilmente cotadas em diversos estabelecimentos, dessa maneira, essas atividades são reconhecidas e estão disponíveis, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si, de modo que permite a decisão de fornecimento com base no menor preço total.

5.4. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

Ainda, a Administração consultou o Manual do Tribunal de Contas da União, 4ª edição, na qual define bens e serviços comuns: "são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa".

"Ainda foi considerando pela Administração o Decreto Federal nº 7.174/2010, Art.12, §2º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado".

5.5. Não será permitida a participação de consórcio, a formação de consórcio impactaria no parcelamento do objeto, onde cada empresa participante assumiria obrigações em parte.

5.6. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação para o fornecimento de assinaturas eletrônicas de jornais e revistas (versões digitais com acesso irrestrito) tem como base as seguintes características e itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade de Senhas
1	fornecimento diária de periódicos (assinaturas de jornais) nas versões "digitais" - Correio Braziliense	12
2	fornecimento diária de periódicos (assinaturas de jornais) nas versões "digitais" - O Globo	12
3	fornecimento diária de periódicos (assinaturas de jornais) nas versões "digitais" - Folha de São Paulo	12
4	fornecimento diária de periódicos (assinaturas de jornais) nas versões "digitais" - Estado de São Paulo	12
5	fornecimento diária de periódicos (assinaturas de jornais) nas versões "digitais" - Valor Econômico	5

6	fornecimento diário de periódicos (assinaturas de revistas) nas versões "digitais" - VEJA	12
7	fornecimento diário de periódicos (assinaturas de revistas) nas versões "digitais" - ISTO É	12
8	fornecimento diário de periódicos (assinaturas de revistas) nas versões "digitais" - ÉPOCA	12
9	fornecimento diário de periódicos (assinaturas de revistas) nas versões "digitais" - CARTA CAPITAL	5
Total		94

6.1.1. A execução do serviço se dará por meio digital, mediante a entrega das senhas de acesso para a Assessoria de Comunicação - ASCOM, conforme as especificações e quantidades contidas neste Termo de Referência, corrobora com a Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, do Ministério da Economia.

6.1.2. O acesso *online* aos veículos de comunicação, através de *tablets*, *smartphones*, *PC's* e *notebooks*, permite busca e recuperação de informações, atualizações em tempo real e diversos recursos e funcionalidades que facilitam o acesso às notícias.

6.1.3. Ademais, a Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, estabeleceu medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, dentre as quais envolvem o serviço em tela:

"O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º-A e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, nos arts. 1º e 7º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, e no art. 4º do Decreto nº 8.541, de 13 de outubro de 2015, resolve:

*Art. 1º Fica **suspensa**, a partir da publicação desta Portaria, a realização de novas contratações relacionadas:*

I - a aquisição de imóveis;

II - a locação de imóveis;

III - a aquisição de veículos de representação e de serviços comuns, conforme disposto nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018;

IV - a locação de veículos;

V - a locação de máquinas e equipamentos;

VI - ao fornecimento de jornais e revistas em meio impresso; e

VII - aos serviços de ascensorista." (Grifo nosso)

6.1.4. Para estimar o preço da contratação em caso, aplicou-se o disposto na Instrução Normativa nº 05 de 27 de junho de 2014 e alterações posteriores, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7.2. O objeto a ser licitado, pelo seu impacto institucional não fere as práticas de sustentabilidade, não acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco ao interesse público. A versão digital, acessível em tablets, telefone móvel, PC e/ou notebook visa oferecer recursos adicionais aos leitores dos jornais e revistas online, além de diminuir o impacto ambiental causado pelo consumo de papel.

8. EXECUÇÃO DO OBJETO

Prazo de início:

8.1. Iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do contrato.

8.2. Para o fornecimento do serviço por meio digital, deverão ser entregues as senhas de acesso, correspondente ao contrato para a Assessoria de Comunicação, conforme as especificações contidas neste Termo de Referência.

8.3. A definição das rotinas da execução, a frequência e a periodicidade dos serviços, quando couber;

8.4. Os deveres e disciplina exigidos;

8.5. O cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos;

8.6. Demais especificações que se fizerem necessárias para a execução dos serviços.

8.7. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, quando for o caso;

8.8. Fica o Contratante responsável por confirmar o número de assinaturas digitais antes da Contratada iniciar o fornecimento do serviço, por meio de documento formal.

8.9. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos;

8.10. Compatibilidade com as especificações: os serviços deverão atender às especificações estabelecidas nesse Termo de Referência.

- 8.11. Na prestação dos serviços deverão ser empregados todos materiais necessários à perfeita execução do objeto deste instrumento, estabelecidos por este Termo de Referência com ônus para a prestadora dos serviços.
- 8.12. Não haverá possibilidade de subcontratação de parte do objeto.
- 8.13. Não haverá possibilidade de as empresas concorrerem em consórcio.
- 8.14. A Contratada deverá garantir que, sempre que um serviço for solicitado, sua execução se dará em conformidade com o que for descrito na Termo de Referência.
- 8.15. A qualidade da execução dos serviços deverá ser avaliada pelo fiscal do contrato, momento no qual será observado o Controle e fiscalização da Execução.

9. GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 9.1. Servidor designado, doravante denominado Gestor, verificará a especificação, quantidade e qualidade do serviço prestado, de conformidade com o exigido no Edital e seus Anexos e com o constante da respectiva proposta de preço do Contratado, em conformidade com o inciso III do art. 74 da Lei n.º 8.666/1993.
- 9.2. Mensalmente, a Contratada emitirá a Nota Fiscal ou Fatura, obrigatoriamente com as especificações do serviço contratado e com o número de inscrição no CNPJ apresentado no Contrato.
- 9.3. O contrato será gerido pela Assessoria de Comunicação - ASCOM deste Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
- 9.4. A apresentação da Nota Fiscal ou Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 9.5. Em caso de conformidade, mensalmente, o Gestor do Contrato atestará a efetiva prestação dos serviços e encaminhará a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento.
- 9.6. Em caso de não conformidade, Ministério dos Direitos Humanos notificará a Contratada, para as providências cabíveis quanto ao saneamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 9.7. A Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento do serviço, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 9.8. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante.
- 9.9. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 9.10. Definir os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o órgão ou entidade e a prestadora de serviços;
- 9.11. Definir o procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução;
- 9.12. Definir as sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos.
- 9.13. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.15. Definir as garantias de execução contratual, quando necessário. Note-se, portanto, que é um rol bastante extenso de aspectos a serem observados e discriminados nesse tópico, que, aliado ao antecedente, irá retratar com fidedignidade o funcionamento do contrato.
- 9.16. O Gestor do Contrato deverá dar ciência no evento mensal, bem como deliberar os procedimentos sancionatórios.

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Cumprimento os serviços relacionados neste do Termo de Referência de forma satisfatória e na qualidade requerida de modo a alcançar o objetivo da contratação.
Meta a Cumprir	Não infringir qualquer cláusula constante no Termo de Referência.
Instrumento de Medição	Planilha de controle dos serviços executados pelo Fiscal e Gestor do Contrato
Forma de Acompanhamento	Realização mensal de relatório, por parte da fiscalização do contrato da execução do serviço.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de	Somatório total da pontuação

Cálculo	
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	01 a 10 pontos = recebimento de 100% da fatura 11 a 15 pontos = recebimento de 98% da fatura 15 a 20 pontos = recebimento de 95 % da fatura 21 a 25 pontos = recebimento de 90% da fatura 26 a 30 pontos = recebimento de 85 % da fatura 31 a 35 pontos = recebimento de 80% da fatura
Sanção	Acima de 35 pontos – Multa de 10% sobre o valor mensal do contrato pela inexecução parcial do contrato

9.17. O cálculo será o somatório por grupo de serviços e por evento realizado. Caso a ocorrência seja recorrente em outros eventos, no mesmo grupo de serviços, a partir da terceira o fator será multiplicado por dois seguindo o procedimento de glosa correspondente de Nota Fiscal do evento demandado.

9.18. Por fim, o Ministério dos Direitos Humanos deve definir, quando cabível, de acordo com o serviço, a produtividade de referência, ou seja, aquela considerada aceitável para a execução do serviço, sendo expressa pelo quantitativo do serviço na unidade de medida adotada. A IN SEGES/MP nº 05, de 2017 estabelece que Anexo V, item 2.6, alínea "d" a forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar o fornecimento e distribuição diárias periódicos (*assinaturas de jornais e revistas online*), nas versões "digitais", para a adequada execução dos serviços, conforme descritos no item 1 "OBJETO".

11. OBRIGAÇÕES DE CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

11.3. Responsabilizar-se pelo uso da senha de acesso e por qualquer transação efetuada diretamente ou por algum de seus servidores, e por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

11.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA a quebra de sigilo da senha para que seja providenciado bloqueio de acesso, fornecendo nova senha sem custo adicional.

11.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.9. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.9.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.9.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.9.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar o serviço com a entrega das ferramentas necessárias ao acesso dos periódicos, conforme as quantidades especificadas neste Termo de Referência.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do serviço a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação do serviço;
- 12.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do a Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.10. Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- 12.11. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 12.12. Ser a responsável comercial pelo objeto até o final da execução contratual;
- 12.13. Manter o acesso a jornais e revistas online devidamente atualizados, com o sistema de acesso funcionando de forma regular e eficiente, diligenciando junto às empresas detentoras/produtoras dos portais de conteúdo sempre que for necessário;
- 12.14. Dar instruções sobre o acesso e a correta utilização do login/senha;
- 12.15. Enviar ao Ministério dos Direitos Humanos a relação de aplicativos disponíveis em cada assinatura;
- 12.16. Fornecer nova senha sem qualquer custo adicional, em caso de bloqueio de senha ou de acesso.
- 12.17. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao Ministério dos Direitos Humanos ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.
- 12.18. Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Ministério dos Direitos Humanos.
- 12.19. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.20. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.21. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Referência.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do serviço e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do Art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes.
- 15.5. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.6. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento da nota fiscal para ateste da execução dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços,

obedecendo as seguintes diretrizes:

15.7. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.8. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento da nota fiscal para ateste da execução dos serviços, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.9. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.10. O recebimento da nota fiscal para ateste da execução dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.11. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento da nota fiscal para ateste da execução, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento da nota fiscal para ateste da execução dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. O prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento da nota fiscal para ateste da execução dos serviços será realizado pelo fiscal após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.5. Para efeito de recebimento da nota fiscal para ateste da execução dos serviços, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento da nota fiscal para ateste da execução dos serviços.

16.7. O recebimento da nota fiscal para ateste da execução dos serviços também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.8. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

16.9. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.10. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.11. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento da nota fiscal para ateste da execução dos serviços.

16.13. Será considerado como ocorrido o recebimento da nota fiscal para ateste da execução dos serviços com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta), contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento, conforme este Termo de Referência
- 17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.5.1. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 17.5.2. o prazo de validade;
- 17.5.3. a data da emissão;
- 17.5.4. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.5.5. o período de prestação dos serviços;
- 17.5.6. o valor a pagar; e
- 17.5.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 17.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.8. não produziu os resultados acordados;
- 17.9. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.11. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.15. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.17. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 17.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 17.19. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.20. 1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \quad (6 / 100) / 365 \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução, pelas razões abaixo justificadas:

19.1.1. A garantia não será exigida, por não tratar-se de contratação direta de mão de obra.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.3. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.4. **Multa de:**

20.4.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a (15) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.4.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.4.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.4.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.4.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

- 20.4.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.6. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 20.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.
- 20.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.9. As sanções previstas nos subitens 20.4.1, 20.4.2, 20.4.3, 20.4.4 e 20.4.5, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO DE FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE JORNAIS E REVISTAS DIGITAIS	GRAU
1	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

- 20.11. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 20.11.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 20.11.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.11.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por global.
- 21.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
- 22.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de Mercado com empresas prestadoras de serviços, nos termos do item IV, do Art 2º da Instrução Normativa nº 5 de junho de 2014:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

...

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

A proposta deverá ser identificada com a razão social e encaminhada, preferencialmente, em papel timbrado do licitante, contendo os seguintes itens:

Nome do representante legal da empresa.

Valores unitário, total de cada item e valor total da proposta, em moeda nacional, em algarismo e por extenso.

Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último.

Prazo de vencimento da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

Dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do Banco da mesma.

CNPJ, telefone, endereço e e-mail.

22.3. Deverá, ainda, apresentar Declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

22.4. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

22.5. A oferta deverá ser precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2019, a cargo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, conforme programas de trabalho e elemento de despesas específicos, na classificação abaixo:

23.1.1. Gestão/Unidade: 810005

23.1.2. Fonte: 0100

23.1.3. Programa de Trabalho: 14.122.2134.2000.0001

23.1.4. Elemento de Despesa: 33.90.39-05

23.1.5. Nos exercícios seguintes, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

FLÁVIO ANTÔNIO BORGES DA SILVA GUSMÃO
Chefe da Assessoria de Comunicação

MIRTIS MATSUURA
Assessora de Comunicação

RAQUEL LÚCIA DE OLIVEIRA
Assessora de Comunicação

No uso das atribuições que me foram conferidas pela Portaria Nº 132, de 08 de fevereiro de 2019, art 1º, inciso I, e conforme disposto no art. 9º inciso II, § 1º, do decreto nº 5.450/05, **Aprovo** o presente Termo de Referência.

ALEXANDRE MÁRIO TEIXEIRA NUNES
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração